

A nova edição da Lei da Sociedade do Apostolado Católico

*The new edition of the Law of the Society of
the Catholic Apostolate*

Denilson Geraldo¹

O Conselho Geral da Sociedade do Apostolado Católico (SAC) concluiu a publicação da nova edição da Lei SAC. A última edição, em língua italiana, foi publicada em 2001 e, em 2002, a publicação em língua portuguesa. A nova edição típica (referencial para todas as traduções) publicada, neste ano, em língua italiana, será traduzida, como sempre fizemos, nas diversas línguas da SAC, trazendo todas as reformas legislativas introduzidas pelas Assembleias Gerais de 2004 até 2016.

As mudanças mais significativas da nova edição, após a aprovação definitiva do Estatuto da União do Apostolado Católico (UAC) em 2008, tratam da relação entre SAC e UAC e apresentam uma nova fórmula de consagração. Também houve mudança no modo de se realizar as eleições para o Regime Provincial/Regional e alguns aspectos da administração econômica das comunidades. Uma assembleia geral determina mudanças com a finalidade de permanecer fiel ao carisma que São Vicente Pallotti recebeu de Deus e colocou a serviço da Igreja e da humanidade para os dias de hoje.

Tantas vezes consideramos as leis como algo a superar, que impede a liberdade, e criamos uma aversão aos textos legislativos, considerando, inclusive, que um bom advogado é o profissional que consegue

¹ Bispo Auxiliar de Brasília; professor titular na Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo, professor convidado no Instituto de Direito Canônico Santa Catarina e no Instituto de Direito Canônico de Londrina; editor da Revista *Scientia Canonica*.

“driblar” as leis. Na realidade, essa é uma visão errônea da lei, o chamado positivismo jurídico, para o qual as leis são criadas apenas para um controle social e para manter a ordem de uma sociedade.

As leis, reconhecidas e aprovadas pela Igreja, como é o caso das Leis da SAC, são uma demonstração da eclesialidade do carisma dos palotinos. Em outras palavras, pelas leis aprovadas pela Igreja, os membros da SAC - padres e irmãos Palotinos - são reconhecidos pela Igreja como portadores de um carisma dado por Deus e necessário para o presente. Neste caso, as leis não servem apenas para um “controle”, mas manifestam a comunhão e a participação com a Igreja. Ser palotino é ser Igreja, é estar sempre com a Igreja, é comungar com a Igreja.

São Vicente Pallotti foi um sacerdote da diocese de Roma (1795-1850) e esteve em plena comunhão com seu bispo, o Papa, com os demais sacerdotes de seu tempo, o presbitério, e em contato permanente com todas as pessoas que o procuravam. Além disso, devido a seu trabalho de diretor espiritual no Colégio Urbano - formador de sacerdotes missionários -, São Vicente Pallotti universalizou sua visão eclesial e alargou as perspectivas do trabalho apostólico, colocando em prática um carisma recebido de Deus em vista de uma missão católica.

Nessa perspectiva, as Leis da SAC, no seu conjunto, apresentam o carisma palotino aos padres e irmãos consagrados numa Sociedade de Vida Apostólica. As irmãs palotinas romanas e as irmãs palotinas missionárias, respectivamente, têm as suas próprias leis e constituições reconhecidas também pela Igreja. Assim, pertencemos a uma mesma família carismática, a família palotina, mas o modo como se vive a consagração a Deus nessa família será sempre conforme as constituições aprovadas pela Igreja para cada Instituto. Afinal, se a Igreja aprovou desse modo, a mesma Igreja espera que os consagrados testemunhem a fé cristã recebida no Batismo, de acordo com o que está previsto nas constituições.

Tais diferenças de constituições entre os Institutos de vida consagrada não representam uma divisão ao interno da família palotina, mas um reconhecimento pela Igreja da diversidade de vocações dos consagrados. Semelhantemente, os Estatutos da UA - que não são uma junção de todas as comunidades palotinas como se fosse uma federação de congregações - representam uma associação de fiéis que tem por

finalidade o apostolado universal, respeitando a autonomia legislativa e administrativa da SAC e das irmãs palotinas (Estatuto da UAC, n. 10).

Portanto, a nova edição da Lei da SAC, que deve ser publicada em breve em língua portuguesa pela Editora Pallotti de Santa Maria, é um serviço à unidade e à comunhão com toda a Igreja. Recordemos que os padres e irmãos palotinos fizeram sua consagração a Deus, ou seja, prometeram viver a vocação batismal conforme essas mesmas Leis (Lei SAC, n. 18) e que isso não representa uma prisão, mas uma libertação, pois quando vivemos e somos em Deus, aí, sim, somos livres.